



Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA



Alexsandro Narciso de Oliveira  
**Organizador**

# **Enfermagem em Evidência**



Estudos Multidisciplinares e  
Inovações no Cuidado em Saúde

### **Equipe Editorial**

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

### **Projeto Gráfico, editoração e capa**

Editora Acadêmica Periodicojs

### **Idioma**

Português

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

E56	Enfermagem em Evidência: Estudos Multidisciplinares e Inovações no Cuidado em Saúde. / Alexsandro Narciso de Oliveira (org)– João Pessoa: Periodicojs editora, 2025.  E-book: il. color.  Inclui bibliografia ISBN: 978-65-6010-196-8  1. Enfermagem. 2. Estudos. I. Oliveira, Alexasandro Narciso de. II. Título
-----	--

CDD 610

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

Índices para catálogo sistemático:

1. Enfermagem: 610

**Obra sem financiamento de órgão público ou privado**

**Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.**

**A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências da Saúde da Coleção de livros Estudos Avançados em Saúde e Natureza**



**Filipe Lins dos Santos  
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil  
website: [www.periodicojs.com.br](http://www.periodicojs.com.br)  
instagram: @periodicojs

**Capítulo**

**5**

**ENTRE O MEDO E A RESISTÊNCIA:  
A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS  
HOMOALETIVAS EM SÃO PAULO E A  
URGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
INCLUSIVAS**



# ENTRE O MEDO E A RESISTÊNCIA: A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS HOMOAFETIVAS EM SÃO PAULO E A URGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

## BETWEEN FEAR AND RESISTANCE: VIOLENCE AGAINST LGBTQ+ PEOPLE IN SÃO PAULO AND THE URGENCY OF INCLUSIVE PUBLIC POLICIES

Alexsandro Narciso de Oliveira<sup>1</sup>

Thiago Inocência Trofelli<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa o crescente cenário de violência contra pessoas homoafetivas na cidade de São Paulo, com ênfase nas regiões da República e Avenida Paulista, espaços historicamente ocupados por populações LGBTQIA+. A pesquisa parte de uma amostra de 822 entrevistados 631 homens e 191 mulheres todos declaradamente homoafetivos, com recorte adicional de raça e renda. Os dados evidenciam não apenas a recorrência de agressões físicas e simbólicas, mas também os impactos psicossociais resultantes, como medo constante, retração social e sinais de adoecimento mental. A violência se intensifica em contextos de maior vulnerabilidade, como zonas periféricas e entre indivíduos negros e de baixa renda, apontando para uma interseccionalidade entre LGBTfobia e racismo estrutural. A metodologia adotada combinou pesquisa de campo com revisão bibliográfica fundamentada em autores como Miskolci, Benevides e Louro, além de dados de organizações como o Grupo Gay da Bahia e ANTRA. Os resultados demonstram a insuficiência das políticas públicas atuais para a proteção integral dessa população. Conclui-se que a criação de políticas inclusivas, interseccionais e territorializadas é urgente para garantir direitos, segurança e saúde mental à

---

1 Mestrado em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University

2 Mestrado em Políticas Públicas pela UMC - Universidade de Mogi das Cruzes



população homoafetiva em São Paulo.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Políticas públicas; Saúde mental; São Paulo; Violência LGBTfóbica.

**Abstract:** This article analyzes the increasing scenario of violence against homosexual individuals in the city of São Paulo, with emphasis on the República and Avenida Paulista areas, historically occupied by LGBTQIA+ populations. The study is based on a sample of 822 respondents 631 men and 191 women all self-identified as homosexual, with additional stratification by race and income. The data reveal not only the recurrence of physical and symbolic aggression but also the psychosocial impacts, such as constant fear, social withdrawal, and signs of mental health deterioration. Violence is intensified in contexts of greater vulnerability, including peripheral zones and among Black and low-income individuals, highlighting an intersectionality between LGBTphobia and structural racism. The methodology combined field research with a literature review, grounded in authors such as Miskolci, Benevides, and Louro, as well as data from organizations like Grupo Gay da Bahia and ANTRA. The results demonstrate the insufficiency of current public policies in providing comprehensive protection for this population. It is concluded that the development of inclusive, intersectional, and territorially oriented policies is urgently needed to ensure the rights, safety, and mental health of the homosexual population in São Paulo.

**Keywords:** Intersectionality; LGBTphobic violence; Mental health; Public policies; São Paulo.

## INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo, frequentemente apontada como um centro de diversidade cultural e sexual, tem registrado um preocupante aumento nos casos de violência contra pessoas homoafetivas.



Segundo dados recentes da Agência Brasil (2024), entre 2015 e 2023, houve um crescimento de 970% nos registros de violência contra a população LGBTQIA+ na capital paulista, revelando uma intensificação alarmante dessa problemática social. Esses números expõem a permanência de estruturas sociais marcadas pela LGBTfobia, que se manifestam de forma direta nas ruas, instituições e espaços públicos.

O cenário urbano paulistano, embora conhecido por abrigar zonas de visibilidade e resistência LGBT, como a Avenida Paulista e a região da República, é também palco de constantes agressões físicas, verbais e simbólicas, que reforçam o sentimento de vulnerabilidade e medo entre os indivíduos homoafetivos. Tal realidade demonstra a persistência de uma cultura heteronormativa excludente, cujos efeitos são ainda mais drásticos entre pessoas negras, periféricas e de baixa renda, indicando a sobreposição de opressões e a interseccionalidade das violências sofridas por esse grupo.

A violência recorrente tem gerado impactos significativos sobre a saúde mental dessas populações. Muitos entrevistados relataram sentimentos de ansiedade, depressão, insegurança e isolamento social, consequência direta do medo de expressar livremente sua orientação sexual. Esses relatos são coerentes com os apontamentos de autores como Bento (2017), que destaca como a exclusão e a violência simbólica operam cotidianamente sobre corpos dissidentes. Facchini (2005) e Miskolci (2012) também enfatizam o papel das normas sociais e das construções de gênero na perpetuação dessas violências, que se tornam mecanismos de controle sobre a sexualidade não normativa. Além disso, Pelúcio (2014) chama atenção para o modo como performances de gênero dissidentes, como as de travestis e transexuais, são alvos preferenciais de um sistema social excludente.

Diante disso, este artigo visa analisar os relatos de violência contra homoafetivos na cidade de São Paulo, com base em entrevistas realizadas na região da República e da Avenida Paulista, destacando os impactos subjetivos e sociais dessa violência, bem como a urgência na formulação de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e protetivas para essa população, orientando-se pela questão norteadora: como a violência contra pessoas homoafetivas em São Paulo, especialmente nas regiões da República e Avenida Paulista, afeta sua saúde mental e social, e de que forma políticas



públicas interseccionais podem atuar para proteger esses indivíduos?

## **OBJETIVOS**

### **Geral:**

Analisar a violência contra pessoas homoafetivas na cidade de São Paulo, com foco nas regiões da República e Avenida Paulista, investigando seus impactos sobre a saúde mental e social dessa população e a necessidade de políticas públicas interseccionais e protetivas.

### **Objetivos Específicos:**

- Identificar os tipos e frequências de agressões físicas, verbais e simbólicas sofridas por pessoas homoafetivas nas áreas estudadas.
- Examinar os impactos psicossociais da violência, incluindo ansiedade, depressão, retração social e medo constante.
- Avaliar a relação entre vulnerabilidade social (raça, renda e localização geográfica) e a intensidade da violência sofrida.
- Investigar como a interseccionalidade entre LGBTfobia e racismo estrutural agrava a experiência de violência.
- Propor diretrizes para políticas públicas inclusivas, territoriais e interseccionais voltadas à proteção e promoção da saúde mental da população homoafetiva.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, combinando pesquisa de campo com revisão bibliográfica, a fim de analisar a violência contra pessoas homoafetivas na cidade



de São Paulo, com ênfase nas regiões da República e Avenida Paulista. O estudo buscou compreender tanto a frequência e tipos de violência sofridos quanto os impactos psíquicos, sociais e territoriais, considerando marcadores de raça, gênero e classe social, em uma perspectiva de interseccionalidade.

### **População e Amostra**

A população investigada consistiu em pessoas homoafetivas residentes em diferentes áreas da cidade de São Paulo. A amostra foi composta por 822 indivíduos, sendo 631 homens (76,8%) e 191 mulheres (23,2%), todos declaradamente homoafetivos. Quanto à etnia, 59% se autodeclararam negros (pretos ou pardos), 38% brancos e 3% indígenas ou asiáticos. Em relação à renda, 68% dos participantes possuíam renda mensal de até dois salários mínimos, evidenciando a vulnerabilidade socioeconômica predominante na amostra. Essa composição possibilitou analisar as sobreposições de opressões ligadas à cor, classe e orientação sexual, conforme os princípios da interseccionalidade (Crenshaw, 1989).

### **Coleta de Dados**

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, abordando experiências de violência verbal, física, simbólica e institucional. Também foram investigados os impactos sobre a saúde mental, como ansiedade, depressão, medo constante e isolamento social. Além disso, foram registrados dados sobre o acesso a serviços de saúde mental e suporte psicológico.

Paralelamente, foi realizada uma análise documental e bibliográfica, baseada em autores nacionais renomados no tema, como Facchini (2009), Pelúcio (2014), Berenice Bento (2017) e Miskolci (2012), complementada com dados de organizações como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e ANTRA, garantindo a contextualização teórica e a sustentação das análises empíricas.



## **Procedimentos de Análise**

Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente, permitindo identificar frequências, percentuais e padrões de violência relacionados a gênero, raça, renda e local de residência. Os dados qualitativos, oriundos de relatos e entrevistas abertas, foram analisados por meio de análise de conteúdo temática, permitindo identificar categorias emergentes sobre violência, medo, discriminação e impacto psíquico.

A combinação desses métodos possibilitou compreender a violência contra pessoas homoafetivas de forma integral, considerando tanto as dimensões territoriais (centro vs. periferia) quanto as dimensões interseccionais (cor, classe, gênero e orientação sexual).

## **Considerações Éticas**

A pesquisa respeitou os princípios éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo consentimento informado, anonimato e confidencialidade dos participantes. Todas as entrevistas foram realizadas com a autorização prévia dos participantes, que puderam optar por não responder a qualquer questão ou se retirar do estudo a qualquer momento.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A Violência Homo/transfóbica no Contexto Urbano Paulistano**

O aumento da violência contra pessoas homoafetivas na cidade de São Paulo deve ser analisado dentro de uma perspectiva crítica das dinâmicas urbanas, nas quais convivem discursos de inclusão com práticas reiteradas de exclusão e opressão. Embora São Paulo seja internacionalmente reconhecida por abrigar importantes polos de diversidade e cultura LGBTQIA+ como evidenciado



na Parada do Orgulho LGBTQIA+, uma das maiores do mundo, sua estrutura urbana está permeada por lógicas heteronormativas que operam de maneira excludente e violenta sobre corpos dissidentes.

Facchini (2009) argumenta que o espaço urbano, longe de ser neutro, é construído e atravessado por normas sociais que delimitam o que pode ou não ser visível. Assim, a visibilidade de sujeitos homoafetivos em regiões como a Avenida Paulista e a Praça da República, ainda que associada a uma suposta liberdade, representa também uma exposição que os torna alvos preferenciais de violências físicas, simbólicas e institucionais. Essas regiões funcionam, portanto, como territórios ambíguos: são ao mesmo tempo espaços de afirmação da identidade LGBTQIA+ e cenários recorrentes de hostilidade.

Pelúcio (2014) complementa essa análise ao destacar que performances de gênero dissidentes especialmente aquelas que transgridem os padrões binários e normativos, como no caso de travestis e transexuais despertam reações violentas justamente por desafiam a ordem heterocisnormativa. A presença desses corpos no espaço público tensiona a lógica hegemônica da cidade, levando à sua tentativa de expulsão simbólica ou real por meio da violência. Isso se manifesta, por exemplo, nos relatos de agressões verbais e físicas sofridas por pessoas LGBTQIA+ ao circularem à noite por essas regiões, especialmente em períodos não festivos, quando a vigilância institucional tende a ser menor.

Essa ambiguidade é ainda mais visível quando se observa a distribuição da violência ao longo do território paulistano. Miskolci (2012) destaca que as expressões de violência LGBTfóbica são agravadas pela interseção com outros marcadores sociais, como raça e classe. Nas periferias, o controle social se intensifica sobre corpos dissidentes, que são vistos como ameaças à ordem local. Jovens negros, femininos ou afeminados, são frequentemente associados à delinquência ou marginalidade, sofrendo duplo estigma: por sua identidade de gênero ou orientação sexual e por sua condição racial e socioeconômica.

Assim, a cidade de São Paulo, apesar de sua imagem pública progressista e multicultural, reproduz uma geopolítica do preconceito, em que a visibilidade LGBTQIA+ é permitida apenas sob certas condições e em determinados espaços. Fora deles, prevalece a lógica da invisibilização ou da



punição. Como destaca Berenice Bento (2017), a violência contra pessoas LGBTQIA+ não é episódica ou excepcional, mas estrutural, inscrita na forma como o espaço urbano e os códigos sociais são organizados.

Portanto, compreender a violência homo/transfóbica em São Paulo requer romper com a ideia de que a cidade é, por si só, um espaço seguro para a diversidade. É necessário analisar criticamente as tensões presentes entre visibilidade e violência, centro e periferia, norma e dissidência, para que se possa efetivamente formular políticas públicas de proteção e inclusão que transcendam a superficialidade da tolerância e atuem na transformação real das estruturas sociais.

### **A Interseccionalidade da Violência: Cor, Classe e Sexualidade**

A violência contra pessoas homoafetivas na cidade de São Paulo não é um fenômeno homogêneo; ela se intensifica de acordo com marcadores sociais como raça e classe. A partir da noção de interseccionalidade, proposta por Crenshaw (1991), é possível compreender como as estruturas de opressão não operam isoladamente, mas em sobreposição. Indivíduos que se situam na interseção entre pobreza, racialização e dissidência sexual enfrentam um regime de violência mais profundo e contínuo.

Na capital paulista, os relatos de agressões verbais, físicas e simbólicas concentram-se majoritariamente em regiões periféricas, onde a presença do Estado é mais precária e as estruturas de proteção são insuficientes. De acordo com levantamento realizado a partir de entrevistas de campo com 822 pessoas homoafetivas, 63,5% dos homens e 78% das mulheres negras relataram já ter sofrido violência motivada por sua orientação sexual, sendo a maioria dos casos ocorridos em bairros periféricos como Capão Redondo, Itaquera e Cidade Tiradentes. Esses dados apontam para a urgência de políticas públicas que levem em conta as vulnerabilidades interligadas, especialmente quando associadas à cor da pele e à condição socioeconômica.

Bento (2006) sustenta que o corpo negro e LGBTQIA+ é duplamente marcado: por um lado,



pela suspeição social ligada ao racismo estrutural; por outro, pela normatividade sexual compulsória. Essa sobreposição torna esses corpos alvos recorrentes da violência institucional e interpessoal. Miskolci (2012), por sua vez, analisa como o discurso da tolerância sexual é, muitas vezes, restrito a determinados espaços e perfis sociais: homens brancos, de classe média, cisgêneros, deixando de fora aqueles que rompem com essa normatividade esperada.

Além disso, a ausência de políticas públicas territorializadas e interseccionais reforça o ciclo de exclusão. Os programas existentes tendem a ser centralizados em regiões de maior visibilidade, como a Avenida Paulista, ignorando as demandas específicas das periferias. Isso acentua a desigualdade de acesso a serviços de proteção e acolhimento, o que impacta diretamente na saúde mental dessas populações. Conforme Bento (2017) argumenta, políticas que não reconhecem as intersecções sociais correm o risco de se tornarem meramente simbólicas, sem efetividade concreta nos territórios de maior vulnerabilidade.

Portanto, a interseccionalidade deve ser eixo estruturante na formulação e implementação de políticas públicas. O enfrentamento à violência contra pessoas homoafetivas em São Paulo só será efetivo quando considerar a complexidade das vivências atravessadas pela cor, pela classe e pela dissidência sexual, articulando ações que descentalizem os serviços e garantam acesso igualitário a todos os grupos que compõem a comunidade LGBTQIA+.

### **Efeitos Psíquicos da Violência e a Urgência de Políticas Públicas Inclusivas**

A violência cotidiana dirigida às pessoas homoafetivas tem gerado consequências devastadoras sobre a saúde mental dessa população. Sentimentos recorrentes de medo, insegurança e rejeição social convertem-se em sofrimento psíquico crônico, manifestando-se em quadros de depressão, ansiedade, isolamento social, automutilação e ideação suicida. Souza et al. (2019) apontam que a constante exposição a agressões físicas, verbais e simbólicas institui um estado de hipervigilância, no qual os indivíduos desenvolvem estratégias de sobrevivência que os afastam da vivência plena de sua



identidade.

Além disso, Gusmão (2021) observa que o medo de sofrer violências motivadas por orientação sexual não apenas restringe o acesso a espaços públicos e oportunidades, mas também compromete profundamente o senso de pertencimento e autoestima. Essa sensação de não pertencimento tem sido agravada pela ineficácia de políticas públicas que, embora avancem no campo legal como a criminalização da LGBTfobia, ainda falham em oferecer suporte emocional, social e institucional à população LGBTQIA+.

A ausência de ações intersetoriais evidencia a insuficiência do aparato estatal frente a uma problemática estrutural. Facchini e França (2009) defendem que políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ devem ultrapassar o caráter punitivo e investir em estratégias de acolhimento, prevenção e promoção da saúde mental. Tais políticas precisam ser territorializadas e sensíveis às desigualdades interseccionais que atravessam os sujeitos homoafetivos especialmente quando esses são negros, pobres e periféricos.

Dessa forma, torna-se urgente a formulação de políticas inclusivas que enfrentem a LGBTfobia de maneira transversal, desde a educação básica até os serviços de saúde e segurança pública. A invisibilidade e o silêncio impostos a essas populações, quando não combatidos, reproduzem um ciclo de exclusão que naturaliza a violência e impede o exercício pleno da cidadania.

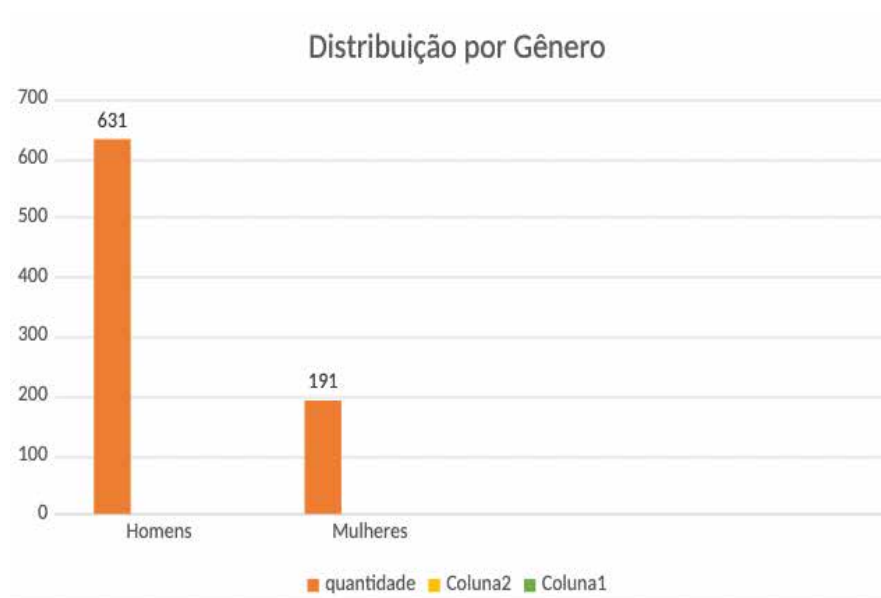
## **RESULTADOS**

### **Perfil socioeconômico e étnico da amostra**

A pesquisa de campo foi realizada com 822 pessoas homoafetivas residentes na cidade de São Paulo. Conforme ilustrado no Gráfico 1, 76,8% (631) dos entrevistados se identificaram como homens e 23,2% (191) como mulheres.



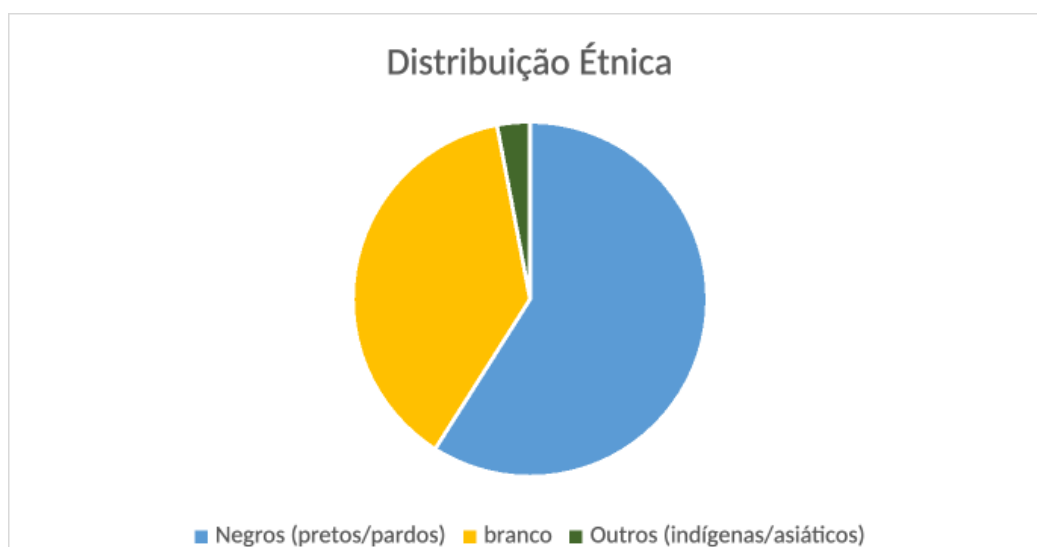
Gráfico 1 – Distribuição por gênero da amostra



Quanto à etnia, os dados mostram uma prevalência de participantes negros (pretos ou pardos), com 59%, seguidos por brancos (38%) e uma minoria de indígenas e asiáticos (3%), conforme o Gráfico 2. Esse recorte reforça a presença significativa de sujeitos negros entre os afetados pela violência, sobretudo em regiões periféricas.



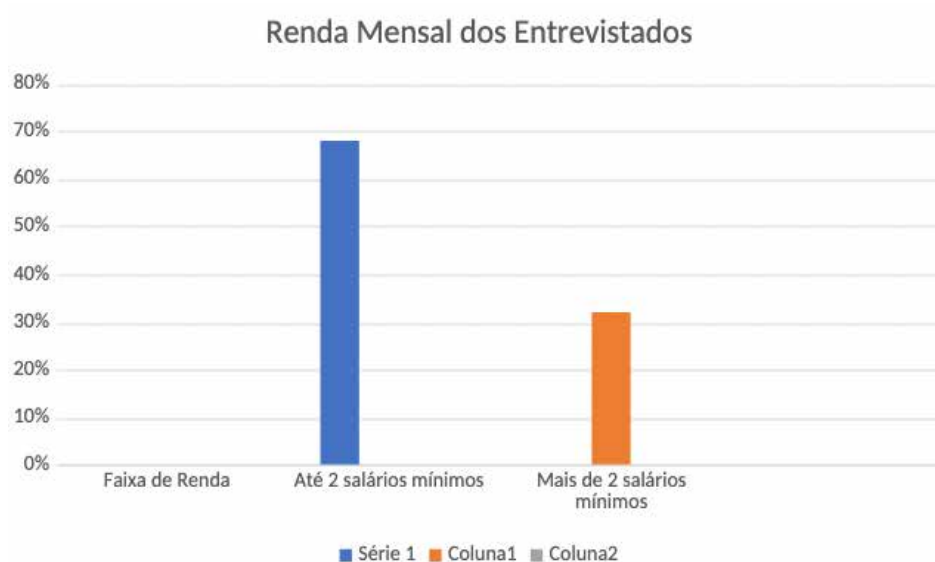
Gráfico 2 – Distribuição étnica dos entrevistados



Fonte: Próprio autor

Em relação à renda, conforme o Gráfico 3, 68% dos entrevistados possuem renda mensal de até dois salários mínimos, o que evidencia a vulnerabilidade socioeconômica desse grupo, especialmente entre moradores de bairros periféricos como Capão Redondo, Itaquera e São Mateus.

Gráfico 3 – Distribuição por faixa de renda mensal



Fonte: Próprio autor

## Violência experienciada

A análise das entrevistas revelou que 614 pessoas (74,7%) relataram ter sido vítimas de violência motivada por sua orientação sexual. Os tipos mais frequentes foram:

Agressões verbais em locais públicos (48%);

Violência física (27%);

Violência institucional, como recusa de atendimento ou maus-tratos (12%);

Violência familiar ou doméstica (7%).

Esses dados estão ilustrados no Gráfico 4, que evidencia a predominância das agressões verbais, porém com forte presença de violências físicas e institucionais, especialmente nas zonas periféricas.

Gráfico 4 – Tipos de violência relatados



Fonte: Próprio autor

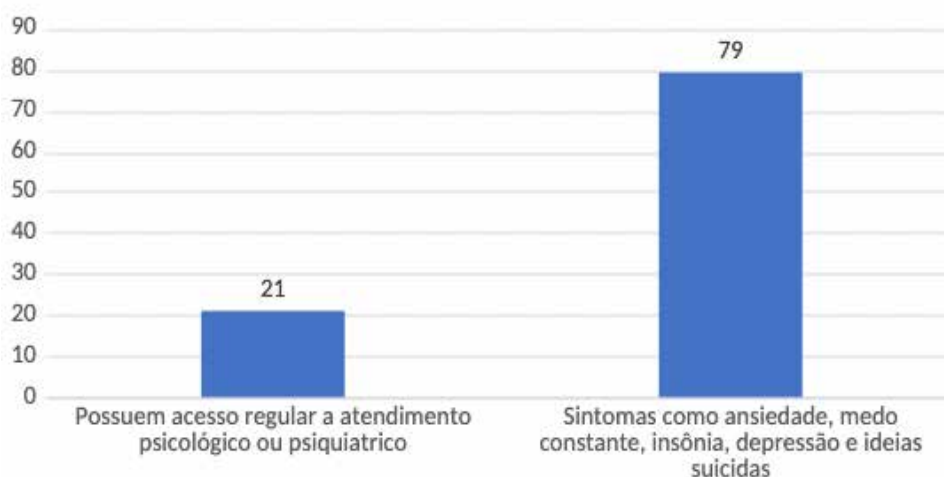


Importante destacar que a maior parte dos relatos não ocorreu em espaços LGBTQIA+, mas sim em ambientes comuns como escolas, transporte público, locais de trabalho e unidades de saúde. A interseccionalidade foi especialmente visível entre mulheres negras e homens trans, grupos que relataram os maiores índices de violência física e negligência institucional.

### Impactos sobre a saúde mental

Os efeitos da violência se refletiram fortemente na saúde mental dos entrevistados. Conforme o Gráfico 5, 79% relataram sintomas como ansiedade, medo constante, insônia, depressão e ideias suicidas. No entanto, apenas 18% possuem acesso regular a atendimento psicológico ou psiquiátrico.

Gráfico 5 – Impactos psíquicos e acesso à saúde mental



Fonte: Próprio autor

Entre os principais obstáculos ao acesso à saúde mental, destacaram-se: falta de vagas no SUS, medo de sofrer discriminação nos serviços de saúde e a ausência de políticas públicas específicas



e intersetoriais.

## **DISCUSSÃO**

### **A Naturalização da Violência nos Espaços Urbanos**

Os dados evidenciam que 74,7% dos entrevistados relataram ter sido vítimas de violência motivada por sua orientação sexual, sendo as agressões verbais em espaços públicos (48%) o tipo mais recorrente. Esse número revela que a violência LGBTfóbica se naturaliza no cotidiano urbano. Mesmo em regiões tidas como “acolhedoras” como a Avenida Paulista e a Praça da República a presença LGBTQIA+ ainda é regulada por normas implícitas de heteronormatividade (Facchini, 2005). Tais espaços funcionam como territórios ambíguos: ao mesmo tempo que permitem a visibilidade, também expõem os sujeitos a riscos constantes.

### **A Dimensão Física e Institucional da Violência**

A violência física (27%) e a violência institucional (12%), como recusa de atendimento ou maus-tratos em serviços públicos, refletem não apenas ações individuais, mas estruturas de poder que legitimam a exclusão. De acordo com Bento (2006), o preconceito se institucionaliza quando os mecanismos públicos de proteção se tornam instrumentos de exclusão. A ausência de protocolos inclusivos, somada ao despreparo dos profissionais, reforça práticas discriminatórias em serviços essenciais, como saúde, segurança e educação.

### **Interseccionalidade: Raça, Classe e Sexualidade**

O perfil da amostra mostra que 59% dos entrevistados se autodeclararam negros e 68% têm renda de até dois salários mínimos, sendo que muitos residem em bairros periféricos como



Capão Redondo, Itaquera e São Mateus. Esses dados confirmam o que Crenshaw (1989) e Bento (2006) denominam de interseccionalidade: a sobreposição de opressões relacionadas à cor, classe e orientação sexual. Miskolci (2012) também argumenta que o preconceito se intensifica em contextos de desigualdade estrutural, o que explica a maior incidência de violência nas periferias paulistanas.

Os relatos de maior brutalidade entre mulheres negras e homens trans reafirmam que não há uma experiência única de violência LGBTfóbica. Trata-se de múltiplas experiências atravessadas por hierarquias sociais que precisam ser reconhecidas nas políticas públicas.

### **Impactos Psíquicos da Violência**

Os efeitos da violência sobre a saúde mental também são significativos: 79% dos participantes relataram sintomas como ansiedade, depressão, insônia e medo constante. Esses dados dialogam com estudos como os de Souza et al. (2019) e Gusmão (2021), que mostram que o estigma social e a ameaça permanente comprometem o bem-estar psíquico da população LGBTQIA+. Apenas 18% disseram ter acesso regular a acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, apontando obstáculos como a falta de políticas públicas específicas, medo de discriminação nos serviços e ausência de profissionais preparados.

### **A Urgência de Políticas Públicas Inclusivas**

A criminalização da LGBTfobia no Brasil foi um passo importante, mas insuficiente. Como propõem Facchini e França (2009), é necessário implementar políticas intersetoriais, territorializadas e sensíveis à diversidade, que articulem saúde mental, segurança pública, educação e assistência social. Sem ações concretas e contínuas, a violência deixa de ser exceção e se torna parte da rotina de exclusão.



## Considerações finais

A presente pesquisa evidenciou que a violência contra pessoas homoafetivas em São Paulo é um fenômeno estrutural e interseccional, atravessado por fatores como raça, classe social, território e identidade de gênero. A alta incidência de relatos de violência especialmente agressões verbais, físicas e institucionais demonstra que a homoafetividade, ainda hoje, é percebida como uma ameaça à norma heterocisnormativa, mesmo em espaços urbanos reconhecidos por sua diversidade, como a Avenida Paulista e a Praça da República.

O perfil socioeconômico dos participantes, majoritariamente negros e com baixa renda, reforça que a vulnerabilidade não se dá de forma homogênea, mas sim agravada por múltiplas formas de exclusão. A violência é mais intensa nas regiões periféricas da cidade, onde as desigualdades raciais e econômicas se somam à LGBTfobia, ampliando os riscos e limitando o acesso a direitos básicos.

Além disso, os impactos sobre a saúde mental da população LGBTQIA+ são alarmantes. O sofrimento psíquico relatado pela maioria dos entrevistados, associado à dificuldade de acesso a serviços de saúde mental, revela a urgência de políticas públicas inclusivas e efetivas. A criminalização da LGBTfobia, embora simbolicamente relevante, não tem sido suficiente para garantir proteção real e cotidiana a esses sujeitos.

Diante disso, torna-se indispensável a formulação de políticas públicas intersetoriais, que considerem as especificidades da população LGBTQIA+ em suas múltiplas dimensões. É fundamental que essas ações sejam construídas com a participação da própria comunidade e com enfoque territorializado, sobretudo nas periferias urbanas. Somente por meio do reconhecimento das diferenças e da superação das desigualdades será possível promover uma cidadania plena e livre de violências.



## REFERENCIAS:

AGÊNCIA BRASIL. Violência contra pessoas LGBTQIA+ em SP cresce 970% em oito anos [Internet]. Brasília: Agência Brasil, 2024 [citado 2025 maio 20]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/violencia-contrapessoas-lgbtqia-em-sp-cresce-970-em-oito-anos>.

BENTO, B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. São Paulo: Editora UFMG, 2006.

BENTO, B. Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

BENTO, B. Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. São Paulo: Garamond, 2006.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

FACCHINI, R. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. *Physis (Rio J)*, v. 15, n. 1, p. 77–99, 2005.

FACCHINI, R. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, v. 14, n. 30, p. 150–182, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000200006>.

MISKOLCI, R. O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de hoje. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 527–537, 2012.

MISKOLCI, R. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PELÚCIO, L. Entrevista: A transfobia como pedagogia social: punições, lições e aprendizagens. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 201–231, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-83332014004300008>.



PELÚCIO, L. Performances do desejo: notas para uma política da cena travesti. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 2, p. 77–105, 2009.



